

Empregador: [REDACTED] Construções Ltda

CNPJ: 37.743.946/0001-58

Local: Rua João de Deus Ramos, 1391, Roque Gonzales/RS / Rua Monsenhor Wolski, Mato Queimado/RS

Data: 10/12/2024

CNAE: 4120-4/00

Instituições Participantes: Ministério do Trabalho e Polícia Federal

Trabalhadores alcançados: 4

Trabalhadores registrados: 4

Da Ação Fiscal

Em ação fiscal destinada a apurar a veracidade de uma denúncia sobre condições degradantes de trabalho, a equipe de fiscalização, em operação conjunta com a Polícia Federal, deslocou-se, em 10/12/2024, até a sede da empresa [REDACTED] Construções Ltda (CNPJ 37.743.946/0001-58), situada na [REDACTED]. No local, constatou-se que ali funciona uma loja de materiais de construção.

A fiscalização foi recebida por [REDACTED], proprietário da empresa, que informou possuir quatro trabalhadores sem registro atuando em duas obras da empresa. Uma obra localizada na [REDACTED] na qual haveria um trabalhador sem registro. E outra situada em [REDACTED] na qual haveria três trabalhadores na mesma situação.

Após, a equipe dirigiu-se à obra da empresa destinada à construção de um posto de saúde, localizada na Rua [REDACTED]. No local, foram encontrados em plena atividade três trabalhadores de nacionalidade argentina, que informaram estar alojados em uma casa mantida pela empresa na cidade de Mato Queimado. Na sequência, os trabalhadores acompanharam a fiscalização em vistoria ao alojamento.

Durante o curso da ação fiscalizatória, os trabalhadores tiveram seus registros regularizados, com a devida prestação de informações ao eSocial. Em razão da falta de registro, o empregador foi devidamente autuado. Quanto às demais irregularidades constatadas, o empregador foi apenas notificado, em atenção ao critério da dupla visita, conforme previsto no art. 23 do Decreto 4.552/2002 (Regulamento da Inspeção do Trabalho) e no art. 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Por fim, apesar das irregularidades verificadas, a equipe de fiscalização entendeu que estas não eram suficientes para o enquadramento da situação como trabalho em condições análogas às de escravidão.